



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682681 - RS (2021/0234294-2)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : J L C S (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de J L C S em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Recurso em Sentido Estrito n. 70084562552).

O paciente foi preso preventivamente em razão da suposta prática dos crimes previstos nos arts. 217-A, §1º e 157, §2º, inciso VII, na forma do art. 69, todos do Código Penal.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, tendo a prisão sido embasada apenas na gravidade abstrata do delito, o que não é permitido pelo ordenamento jurídico.

Defende que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente, seja permitido ao paciente aguardar em liberdade o trânsito em julgado da ação penal, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para a revogação da prisão preventiva do paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 25-26):

*Da análise do histórico criminal do recorrido, possível notar que J.L.C.S. possui condenações pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (010/2.10.0016579-2), roubo simples (010/2.12.0011598-5 e 010/2.15.0000019-9), furto simples (010/2.13.0013400-0) e furto qualificado (010/2.16.0011942-2), amealhando penas que chegam ao total de 15 anos, 02 meses e 24 dias de reclusão. Para além disso, da análise do PEC do recorrido (0010249- 67.2013.8.21.0010), quando do cometimento do delito que é apurado na ação penal originária, J.L.C.S. cumpria pena no regime aberto. Dessa maneira, entendo que há demonstração de que o recorrido voltou a se dedicar a atividades*

*ilícitas como meio de vida, o que coloca a ordem pública em perigo concreto diante da alta probabilidade de que, unia vez em liberdade, volte a delinquir, desaconselhando, assim, a sua liberdade. Ainda que a liberdade seja a regra no ordenamento Jurídico pátrio, entendo que diante das circunstâncias do caso concreto, em especial da reiteração delitiva do paciente e da gravidade concreta dos delitos praticados por ele impossível a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, uma vez que elas não possuiriam o condão de tutelar a ordem pública a contento.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência